



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Alisson Clauber Mendes de Alencar¹; Hosana Vieira da Silva²; Antonio Carlos Pinheiro³

¹Mestrando do PPGG – UFPB, bolsista Capes, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica – GEPEG – UFPB, Professor da Rede Municipal de Educação de Sumé – PB, alissonclauber@gmail.com

²Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Especialista em Geografia e Gestão Ambiental pela Faculdades Integradas de Patos – FIP. E-mail: hosana_vsilva@hotmail.com

³Orientador Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG – UFPB, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica – GEPEG, antoniocarlospinheiro@uol.com.br

Resumo:

Este estudo tem por objetivos: 1) analisar a inserção do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) nas instituições públicas da educação básica; 2) tecer reflexões sobre as possibilidades metodológicas de utilização dos recursos tecnológicos pelos professores de Geografia da rede estadual de educação da cidade de Campina Grande – PB; 3) Avaliar a formação continuada ofertada pelo Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e sua influência na prática docente do professor de Geografia desta cidade. Os cursos de licenciatura das universidades públicas de Campina Grande, tidos como a formação inicial docente, abordam de maneira superficial, o uso dos recursos tecnológicos nos componentes curriculares direcionados para tal finalidade. Seja por uma formação bacharelesca do professor formador, pela carga horária do componente curricular (reduzida) ou pela falta de recursos tecnológicos nas Instituições de Ensino Superior, entre outras situações. Para suprir esta lacuna na formação inicial dos professores, o governo federal, em parcerias com estados e municípios, implantou o Programa Nacional de Inclusão Digital. Pelo fato deste programa possui grande relevância na educação, nossa pesquisa, versa sobre o que foi prescrito e o que está sendo realizado a partir da implantação dessa política nacional. Para sua materialização, este artigo teve como procedimentos metodológicos um levantamento bibliográfico, documental e histórico que abordasse de forma pontual a inserção das políticas públicas educacionais destinadas à implementação de recursos tecnológicos e, por conseguinte a inclusão digital nas escolas, juntamente com apontamentos sobre a importância da formação inicial e continuada para o aprimoramento da práxis do professor de Geografia.

Palavras-chave: Proinfo; Geografia; TIC.

Introdução

Presenciam-se na contemporaneidade mudanças significativas que adentraram os muros escolares e hoje são uma realidade nas instituições de ensino. Os recursos tecnológicos, materializados nas figuras dos laboratórios de informática, de *tablets*, de projetores multimídias “*Datashow*”, salas de vídeo, entre outros, mudaram, nem que de forma ínfima, o *modus operandi* dos professores ministrarem suas aulas no espaço escolar. Logo, faz-se necessária uma apropriação destas ferramentas tecnológicas pelos sujeitos que estão na linha de frente do processo de ensino-aprendizagem, os docentes.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Sabe-se que os cursos de licenciatura, tidos como as formações iniciais dos professores abordam de maneira superficial o uso dos recursos tecnológicos nos componentes curriculares direcionados para tal finalidade. Seja por uma formação “bacharelesca” do professor formador, seja pela carga horária do componente curricular, ou seja, pela impossibilidade de um acompanhamento efetivo nas atividades e ações propostas pelo professor formador para com seu discente (graduando).

Para suprir esta lacuna na formação inicial dos profissionais da educação básica, nas instituições públicas de ensino superior, o governo federal, em parcerias com estados e municípios, implantou o Programa Nacional de Inclusão Digital, sendo esta, uma Política Pública Educacional efetivada, especialmente, a partir do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo).

As inquietações que este estudo vem a promover versam sobre o que foi prescrito e o que está sendo realizado a partir da implantação desta política pública nas escolas, tendo por objetivo analisar a inserção do Proinfo nas instituições públicas de ensino da educação básica de Campina Grande – PB e tecer reflexões sobre as possibilidades de utilização dos recursos tecnológicos pelos professores de Geografia da supracitada cidade.

O Proinfo leva às escolas, computadores, recursos digitais (*tablets e notebooks*) e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios deveriam garantir a infraestrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso destes recursos metodológicos e tecnológicos. Estes dois elementos são considerados, neste estudo, as situações problemas. Pois muitas instituições escolares não possuem infraestrutura adequada, nem tão pouco profissionais qualificados para ministrarem as formações exigidas pelo programa.

A partir destes apontamentos indagamos como estão sendo ofertadas as formações? Quem está ministrando as aulas? Onde e quando estão acontecendo? E, para quem estão sendo direcionadas? Outra situação que se faz necessário avaliar, são as ações que estão sendo propostas na formação, será que possuem uma funcionalidade direcionada para o ambiente escolar? E se possuem, estão sendo postas em prática pelo professor, em especial pelo de Geografia (nosso sujeito da pesquisa)?

Estas são indagações que geraram as reflexões contidas neste estudo. Logo tentaremos não responder de forma pragmática as mesmas, mas sim, promover e estimular o debate sobre a utilização dos recursos tecnológicos no espaço escolar, a formação inicial e continuada do professor de Geografia e o processo de ensino-aprendizagem.



Metodologia

De caráter exploratório e explicativo, a pesquisa está norteada na análise qualitativa e quantitativa de informações, onde foi utilizado para coleta de dados questionário. Para tanto, apresentou-se como procedimentos metodológicos para sua realização um levantamento bibliográfico e documental que viesse a abordar as seguintes questões ou temáticas: Políticas Públicas Educacionais; Inclusão Digital; Formação inicial e continuada do professor de Geografia; Proinfo e Ensino-aprendizagem.

Dentre os recursos instrumentais para captação de informações referentes aos objetivos propostos destacamos: os questionários que foram direcionados para professores de Geografia da rede estadual de educação da cidade de Campina Grande – PB. Onde tivemos por objetivo, com o uso deste recurso, coletar informações sobre a implantação do Proinfo na rede estadual de educação da referida cidade.

Primeiramente, a pesquisa assume um caráter bibliográfico e documental. Os dados coletados na pesquisa bibliográfica serviram para nos situarmos historicamente sobre os fatos inerentes a Política Nacional de Inclusão Digital. E num segundo momento da pesquisa, foram realizadas investigações de campo, nas escolas da rede pública da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba na cidade de Campina Grande, para analisar a prática de ensino dos professores e avaliar suas habilidades para com o uso dos recursos tecnológicos presentes nas escolas selecionadas.

No campo, os dados foram coletados através de aplicação de questionários e conversas informais com professores de Geografia e observações *in loco* da prática e do uso dos recursos tecnológicos presentes nas unidades escolares.

Foram pesquisados 25 professores de Geografia das 25 escolas da rede estadual de educação da cidade de Campina Grande – PB, que ofertam o ensino médio. Em cada instituição de ensino, um professor de Geografia era esclarecido sobre as finalidades da pesquisa e dependendo de seu interesse e disponibilidade se dispunha a participar de nossa investigação.

Todos os sujeitos envolvidos assinaram um termo de consentimento autorizando a divulgação dos resultados da pesquisa. Destacamos ainda que nossa preocupação com este trabalho é promover e divulgar as ações do Proinfo e tecer comentários para uma melhor efetividade desta política pública de grande relevância para educação nacional. E, apresentar os anseios e as inquietações dos professores de Geografia sobre o uso das TIC.



Resultados e discussão

Entre as inúmeras políticas públicas educacionais de intervenção, implantadas no Brasil nas últimas três décadas, nos mais variados níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, etc), destacaremos neste estudo a Política Nacional de Inclusão Digital nas escolas da educação básica, dando destaque para o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo).

O Proinfo é uma política pública de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED). A portaria de criação se deu em 09 de abril de 1997, sob o nº 522, na qual o MEC e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) estabeleceram as diretrizes do Programa. Entre seus objetivos podemos destacar: 1) Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem; 2) Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares, mediante incorporação adequada das novas tecnologias de informação pelas escolas; 3) Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico; 4) Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida; 5) Valorizar o professor.

Um dos aspectos inovadores deste projeto é a proposta de empregar parte significativa dos recursos alocados na formação de professores e técnicos, a fim de que o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) sirva de apoio para projetos educacionais dentro das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Para agregar a política do Governo Federal quanto à implantação desse projeto, os estados da federação, por meio das secretarias estaduais ou municipais de educação, criaram os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), que são estruturas descentralizadas de apoio ao processo de informatização das escolas, para auxiliar tanto no processo de planejamento e implantação dos equipamentos tecnológicos, em especial, dos laboratórios de informática nas escolas, quanto na capacitação de professores e técnicos para incorporarem as novas tecnologias como recurso pedagógico.

Percebe-se, na contemporaneidade, que os temas de caráter educacional e cultural, são pontos que merecem destaque quando se discutem as questões inerentes a inclusão digital no Brasil. Porém, ressalta-se que estas são abordadas de forma superficial.

A partir de meados de 1990, foram estabelecidas no Brasil políticas públicas educacionais direcionadas para a disseminação e uso das tecnologias digitais nas instituições de ensino da Educação Básica brasileiras. Desde a fase inicial de sua implantação, foi possível detectar a preocupação com o uso das tecnologias



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

voltadas ao ensino, em leis e documentos regulatórios da educação nacional. Dentre esses documentos citamos, a título de exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei Nº 9.394/96, que estabelece como uma de suas premissas para a formação do educando, a compreensão da tecnologia e suas possíveis implicações para a sociedade.

Especialistas no ramo das tecnologias aplicadas a educação destacam que a articulação entre os projetos de inclusão digital e a educação resume-se à realização de atividades escolares nos centros de acesso público. Porém, tais atividades são pautadas, em sua grande maioria, na prática da pesquisa. Sobre estes apontamentos Bonilla (2010) ressalta que

Não está proposta, prevista, ou estimulada pelas políticas públicas uma articulação mais efetiva entre escola e demais espaços públicos de acesso. Para os gestores públicos, educação está em um plano de abordagem, e inclusão digital em outro, totalmente diferente, inclusive com responsabilização de secretarias e ministérios específicos, sem articulação entre eles (BONILLA, 2010, p. 43).

Os sujeitos responsáveis pela elaboração das políticas públicas, independentemente da área que atuam, necessitam, para uma melhor eficácia destas, reduzir as lacunas inerentes entre os grupos de indivíduos que realizam as políticas públicas educacionais e os sujeitos para quem estas são direcionadas. Noutras palavras, é indispensável que se estreitem as relações entre os que “promovem” e os que “recebem” as ações advindas das políticas públicas, em especial para nosso estudo as políticas públicas educacionais e, como uma de suas ramificações as políticas públicas educacionais para inclusão digital nas escolas.

Quando se discutem as políticas de inclusão digital, merece destacar que muitas das instituições de ensino da rede pública, ainda enfrentam grandes dificuldades de ordem estrutural, pedagógica e tecnológica. Uma quantidade reduzida dos discentes possui acesso às tecnologias em suas unidades de ensino. Outro ponto que merece notoriedade é o fato de que poucos são os professores que possuem formação continuada direcionada para o uso das TIC no ambiente escolar.

As ações propostas pelo Estado, no sentido de qualificar o docente a trabalhar com as tecnologias digitais nas instituições de ensino, são, em grande parte, desarticuladas da formação inicial dos professores. Nos currículos dos cursos de licenciaturas, as TIC ainda não possuem significativa expressividade. O processo de capacitação é relegado à formação continuada, ou seja, durante os cursos de licenciaturas ele ainda não possui destaque. Sabe-se da iniciativa de programas e projetos direcionados para a formação continuada, porém, nas palavras de Cysneiros (2000)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(...) o ideal é que o professor aprenda a lidar com as TI [Tecnologias da Informação] durante sua formação regular, em disciplinas mais ou menos com os nomes de “Tecnologia Educacional” ou “Tecnologias da Informação na Educação” e de modo mais detalhado nas didáticas de conteúdos específicos. (CYSNEIROS, 2000, p. 12).

Com uma formação inicial que não contempla, de forma significativa, o uso das TIC e suas possibilidades metodológicas, os professores em muitas escolas públicas do país não fazem uso dos recursos tecnológicos digitais direcionados para educação, assim, tais equipamentos não causam o impacto desejado, para o melhoramento do ensino- aprendizagem dos estudantes.

A partir destas inquietações, pode-se perceber que a dita “cultura digital”, ainda, não é considerada como parte integrante dos procedimentos pedagógicos e das aprendizagens dos discentes. É notória a desarticulação entre instituições de ensino, mais precisamente a escola básica, e a sociedade.

Sabemos da falta de sincronismo entre as políticas públicas direcionadas para educação e sua plena efetivação. Inúmeras são as etapas destas políticas que precisam ser repensadas, porém, destacamos em nossas concepções que muitos investimentos, ainda precisam ser feitos, para uma plena vivência da cultura digital, para que as instituições de ensino tornem-se, de fato, redutos de formação para docentes, discentes e demais sujeitos que compõem e animam o ambiente escolar.

Educação Geográfica e recursos tecnológicos: breves apontamentos

É assustadora a quantidade de recursos tecnológicos no nosso cotidiano. A propagação destas ferramentas de informação e comunicação já faz parte do dia a dia dos discentes e dos docentes, seja num grau mais elevado ou de maneira mais tímida. E o contato com os recursos tecnológicos acontece independentemente da condição de renda e/ou classe social, tipo de ocupação entre outros.

A partir deste breve apontamento, destacamos que a escola não pode ficar distante desta realidade que a rodeia. A possibilidade de utilização de novas formas de diálogos entre discentes e docentes pode promover uma nova perspectiva no processo de ensino e aprendizagem, pautada numa relação de proximidade no espaço virtual.

A utilização das TIC pode promover a ampliação das possibilidades de exploração e compreensão dos conteúdos geográficos e, paralelamente a este fato, requalificar os processos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de aprendizagem dos discentes, promovendo função educativa aos diversos recursos tecnológicos que os mesmos fazem uso no seu cotidiano.

Estudiosos e pesquisadores da área de tecnologia e educação afirmam a importância de um sincronismo entre essas esferas do conhecimento e discorrem, ainda, que se faz necessário refletir sobre os processos de formação, a apropriação das TIC pelos docentes e a sua mediação nos processos de construção do conhecimento, especialmente nas ações de formação inicial e continuada, visto que a chegada das TIC no contexto social define de acordo com Castells (2000) a importância da sua inserção nos espaços educacionais e nos processos formativos.

De acordo com as inquietações, reflexões e considerações supracitadas, concordamos com Lima Jr (2005), quando o mesmo discorre sobre seu entendimento do que vem a ser tecnologia

(...) um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas de seu contexto, superando-os (LIMA JR, 2005, p. 15).

Os instrumentos tecnológicos presentes nas instituições de ensino se configuram como uma ferramenta indispensável no processo de aprendizagem. Estudiosos como Belloni (2002) reforçam esta questão e fornecem respaldo à posição de que o processo de ensino-aprendizagem já não pode funcionar sem se articular dinâmicas mais amplas, que extrapolem os muros escolares.

Perfil do professor de Geografia da rede estadual de educação de Campina Grande e suas concepções sobre formação continuada, informática educativa e utilização dos recursos tecnológicos

Com o advento dos recursos tecnológicos, presenciam-se na contemporaneidade, múltiplas mudanças que marcam a sociedade contemporânea, denominada por estudiosos de sociedade da informação (TAKAHASHI, 2000), sociedade tecnológica (MARCONDES FILHO, 1994) e sociedade do conhecimento (SENE, 2012).

A ciência geográfica e, por conseguinte, o ensino de Geografia passaram por significativas alterações. Sejam nos temas abordados ou nos recursos metodológicos e tecnológicos que adentraram na academia e nas instituições de ensino.

São muitos os questionamentos que surgem sobre as mudanças sofridas pela ciência geográfica e dentre estas indagações destacamos: qual a importância destes novos elementos, que agora foram agregados à Geografia, para



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

o melhoramento desta ciência, que fora utilizada há algumas décadas como um instrumento ideológico de Estado? O que professores e pesquisadores falam sobre os novos recursos didáticos e novas tendências utilizadas na pesquisa e no Ensino de Geografia? E o que os discentes têm a dizer sobre as mudanças que estão sendo inseridas no espaço escolar? Tais perguntas devem ser refletidas pelos sujeitos que estão direta e indiretamente relacionados ao ensino de Geografia.

A sociedade está envolta a constantes mudanças (culturais, sociais, econômicas, políticas entre outras), e dessa forma necessita do professor, não apenas uma formação acadêmica, mas também, a sua progressão seja em cursos de especialização e outras formas de pós-graduação, além dos conhecimentos relacionados ao exercício da docência, sendo estes entendidos a partir das perspectivas da didática.

Assim, é necessária uma formação continuada, que não se esgote apenas em teorias, mas que transcenda as informações contidas nos livros didáticos e estabeleça relações com o mundo vivido e percebido. Esta leitura de mundo, segundo Callai (2000), deve auxiliar o raciocínio espacial do aluno utilizando os conhecimentos científicos como proposta para interpretar a realidade vivida. Porém, destacamos em nossas análises que esta leitura de mundo pode ser mediada com o uso das ferramentas tecnológicas.

A formação continuada tem entre suas metas, criar oportunidades para que os professores ampliem seus conhecimentos, e assim os mantenham constantemente atualizados. Acreditamos na possibilidade do professor em criar suas próprias metodologias e a estas, atribuir medidas que venham a propiciar um melhor aproveitamento dos assuntos que estão sendo discutidos no ambiente escolar.

Para a coleta inicial das informações, aplicamos um questionário de múltipla escolha com 50 questões, com o objetivo de traçar o perfil do professor, saber suas concepções sobre a utilização dos recursos tecnológicos, as variadas influências que estes recursos podem causar no sistema educacional, como é o seu posicionamento e o de sua escola frente a estas tendências educativas de modernização dos recursos pedagógicos, saber se os mesmos tiveram em sua formação inicial, componentes curriculares que tratavam desta temática (tecnologia, educação e ensino-aprendizagem), entre outros questionamentos que serão apresentados através de gráficos com a síntese dos resultados.

O gráfico 01 apresenta, de forma sistemática, a faixa etárias dos professores de Geografia que se submeteram a nossa pesquisa. Merece destaque em nossa análise que 52% dos professores, possuem mais que 41 anos



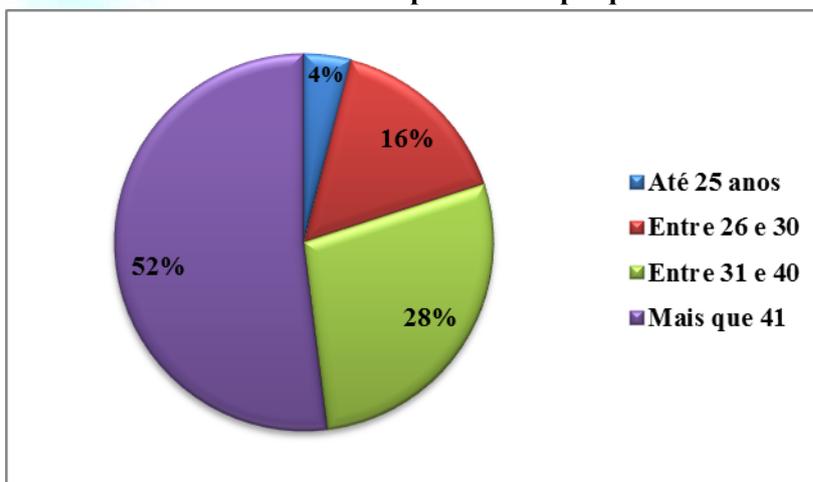
III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de idade. E apenas 4%, o que em números reais representa 1 professor, possui idade inferior ou igual a 25 anos. 16% possuem idades que variam entre 26 e 30 anos e 28% possuem idades entre 31 e 40 anos.

Destacamos que a idade dos professores, não necessariamente influencia sua prática docente. Porém, de acordo com os sujeitos da pesquisa, as formações iniciais e continuada, estas sim, promovem um impacto significativo na atuação em sala de aula, sendo esta constatação proferida pelos professores, salvaguardando suas singularidades, em conversas informais, pós-aplicação do questionário.

Gráfico 01 - Idade dos professores pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo 2016.

No gráfico 02, perguntamos como a escola em que o docente leciona procura promover e incentivar o uso da informática na educação. 5% responderam promovendo a divulgação na *internet* dos trabalhos produzidos pela comunidade escolar, 5% sugerindo e promovendo atividades para disciplinas específicas, 8% promovendo o debate por meio de listas de discussões, bate-papos ou fóruns via rede, 11% sugerindo e promovendo atividades de grupo com uso do computador.

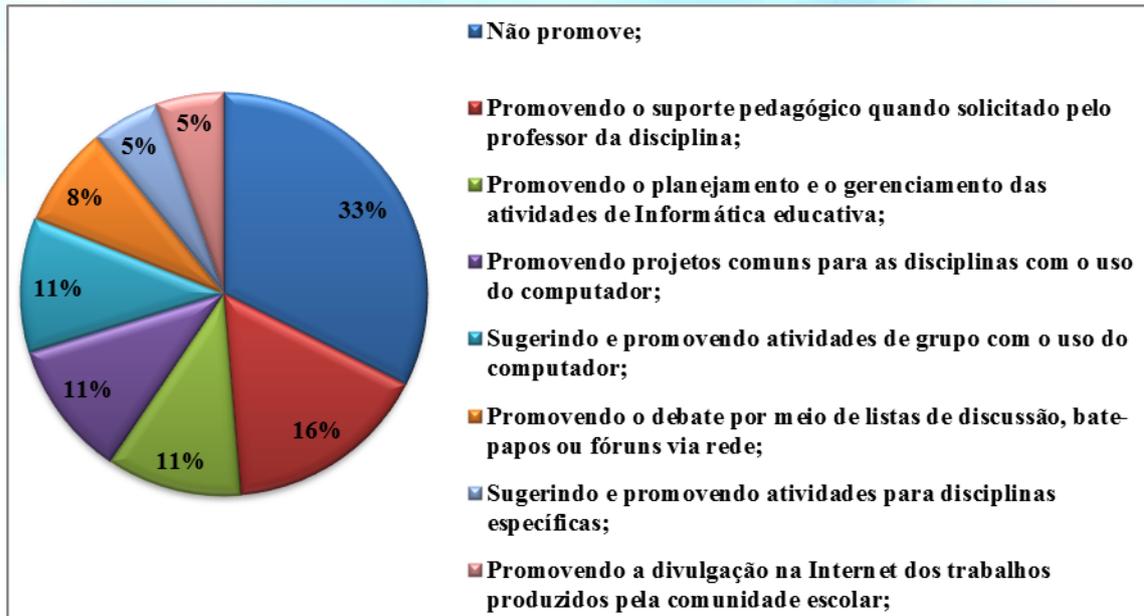
Outros 11% responderam promovendo projetos comuns para as disciplinas com o uso do computador, 11% promovendo o planejamento e o gerenciamento das atividades de informática educativa, 16% promovendo o suporte pedagógico quando solicitado pelo professor da disciplina e 33% responderam que sua escola não promove nem incentiva o uso da informática na educação.

Gráfico 02 - De que forma a sua escola procura promover e incentivar o uso da informática na educação?



III CONEDU

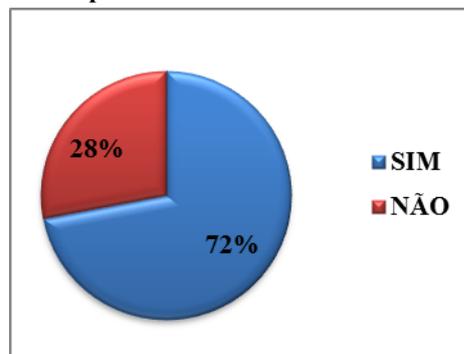
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O



Fonte: Pesquisa de campo 2016.

O gráfico 03 informa se o professor de Geografia possui experiência no uso da informática aplicada ao ensino. 28% dos docentes afirmaram que não possuem experiência e sente dificuldades no uso dos recursos tecnológicos na sala de aula. 72% informaram que possuem experiência no uso da informática aplicada ao ensino. Sendo este número expressivo devido aos cursos de formação continuada que os mesmos se predispuseram a realizar.

Gráfico 03 – Você tem experiência no uso da Informática aplicada ao ensino?



Fonte: Pesquisa de campo 2016.

O gráfico 04 apresenta as opiniões dos docentes sobre o que pode vir a acontecer com a utilização mais intensiva do computador na educação. 16% afirmaram que o uso mais intenso do computador na educação pode vir a melhorar os resultados de evasão escolar (reduzir os índices), pois este recurso é atrativo para os discentes.

Ainda sobre o uso mais intenso do computador na educação, 16% acreditam intensificar a prática da educação à distancia, 18% informaram que pode vir a modificar a estrutura da escola e do currículo, 23%

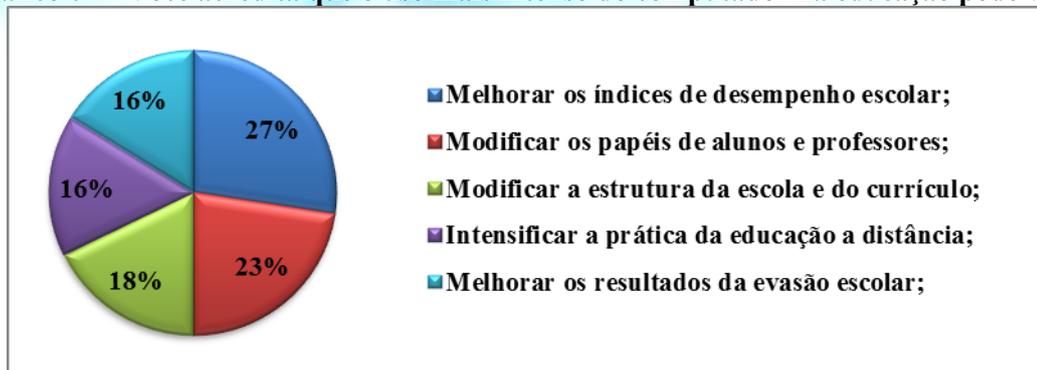


III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

responderam que pode vir a modificar os papéis de alunos e professores e 27% afirmaram que o uso mais intenso do computador na educação pode vir a melhorar os índices de desempenho escolar.

Gráfico 04 – Você acredita que o uso mais intenso do computador na educação pode vir a:



Fonte: Pesquisa de campo 2016.

Considerações finais

No atual contexto educacional, por qual passa o Brasil, faz-se necessário se rever as práticas educativas que são desenvolvidas nas escolas, e conseqüentemente as implicações destas para a formação de indivíduos mais conscientes de suas ações. Logo, é mister uma reconfiguração nas concepções que norteiam as diretrizes postas para escola, no que concernem a introdução dos recursos tecnológicos no ambiente escolar.

O Ensino de Geografia passou nas últimas décadas por significativas transformações. Assim como a educação discutiu e fez uso de diferentes métodos de ensino e de políticas públicas. São muitos os questionamentos que surgem sobre as transformações sofridas pela escola, e dentre estas indagações tivemos por intuito com este estudo discutir qual a importância das políticas públicas direcionadas para inclusão digital e suas implicações para o ensino de geografia na educação básica, através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), bem como tecer reflexões sobre a formação inicial e continuada do professor de Geografia.

Acreditamos na possibilidade das políticas públicas, que atentam sobre a inserção dos recursos tecnológicos, potencializarem práticas pedagógicas que transcenda as formas tradicionalistas de se ministrar aula. Porém, para que tal ação ocorra, é necessário que juntamente com as entrada dos recursos tecnológicos nas escolas, venham pacotes de formação continuadas direcionadas para os professores, pois são estes os sujeitos que estão na linha de frente do processo educacional.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Destacamos que, não adianta inovar o processo educativo com a inserção de recursos tecnológicos, se a didática docente permanecer reacionária. São necessárias mudanças de posturas frente às demandas emanadas da sociedade e que adentraram o espaço escolar.

Referências bibliográficas

BELLONI, M. L. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. Educ. Soc., v. 23, n. 78, p. 117-142, abr. 2002.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Políticas Públicas para Inclusão Digital nas Escolas**. Motrivivência, Ano XXII, Nº 34, P. 40-60 Jun./2010.

BRASIL. **Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.300, de 12 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo. Decreto online. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2015.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Vol. 1. p.497-98.

CYSNEIROS, P. G.. **Novas tecnologias no cotidiano da escola**. *Anais da XXIII Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, MG: ANPED, (2000).

LIMA JÚNIOR, Arnaud Soares de. **Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro, BA: FUNDESF, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade Tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.

SENE, José Eustáquio de. **A sociedade do conhecimento e as reformas educacionais**. *In*: GEOTemas, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 2, n. 1, p. 129-143, jan./jun., 2012.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília DF: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.